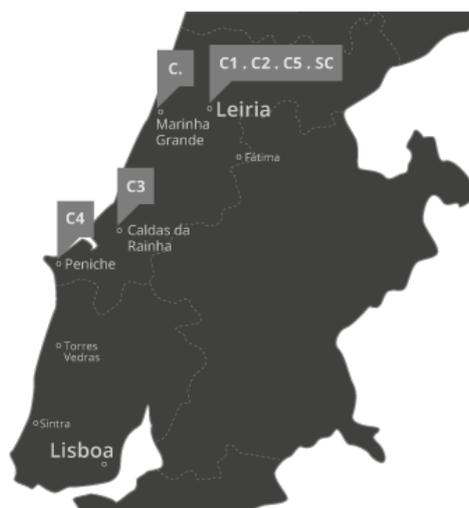

Plano de Gestão de Riscos 2014/2015
Instituto Politécnico de Leiria e Serviços de Ação Social

Relatório Anual | 2015



Leiria, Maio de 2016

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório reporta ao segundo ano de vigência do Plano de Gestão de Riscos 2014-2015 do Instituto Politécnico de Leiria (IPLeia) e Serviços de Ação Social (SAS). No final de 2015, esta prática de gestão responsável acumula sete anos de experiência no universo IPLeia; a monitorização e gestão dos riscos de corrupção e infrações conexas conta com seis anos de atividade.

O documento mantém a estrutura do último ano, designadamente, a separação dos procedimentos em gerais e específicos, bem como a avaliação de cada risco com base em princípios adotados internacionalmente, os quais são classificados em função da probabilidade da ocorrência e da gravidade da consequência, como a seguir se ilustra:

MATRIZ DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS

Probabilidade de ocorrência \ Gravidade da consequência	Fraca	Normal	Forte
Baixa	Reduzido	Reduzido	Moderado
Média	Reduzido	Moderado	Elevado
Alta	Moderado	Elevado	Elevado

Fonte: adaptado de FERMA (2003)

Relativamente ao grau de execução, os resultados são organizados por estes níveis de risco, apresentando-os por áreas de intervenção e indicando, entre parêntesis, o número de resposta aos procedimentos por parte dos responsáveis nas unidades orgânicas e direções de serviços.

Às respostas recebidas são atribuídos três níveis de execução: "E" – significa que o procedimento foi executado; "PE" – significa que o procedimento foi parcialmente executado, estando em curso a sua conclusão; e "NE" – significa que o procedimento não foi executado e, ou poderia ou deveria ter sido executado, ou existem justificações para a sua não execução.

O documento apresenta os resultados da monitorização do segundo ano do biénio 2014-2015 e, para além desta introdução, está organizado em três capítulos: no segundo, é feita

a avaliação dos procedimentos de prevenção; no terceiro, é indicado o grau de execução e evolução da implementação das medidas e são analisadas as justificações para a não execução de medidas; e, no quarto, são apresentadas recomendações e ajustamentos, bem como propostas de melhoria a considerar no Plano de Gestão de Riscos 2016/2017.

2. AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO

Neste capítulo é feita a avaliação das medidas de prevenção dos riscos incluídos no Plano. Em termos gerais, considera-se que as medidas previstas foram corretas e adequadas, contribuindo para eliminar ou evitar os riscos identificados; a maioria das medidas encontra-se implementada ou em fase de implementação, devendo, sempre que se mostre necessário, ser assegurada a sua continuidade e ou atualização.

A Comissão de Monitorização efetuou o controlo anual da gestão de riscos, através do questionário *online* e, na tabela que se apresenta de seguida, procura ilustrar a evolução da aplicação das medidas do PGR em 2015.

Medidas Gerais

Medidas adotadas	Execução		
	E	PE	NE
1) Transparência Ênfase na transparência da gestão ao nível dos processos (via sistema de órgãos que privilegia a participação das pessoas) e da informação (divulgação e acesso).	×		
2) Presença on-line Conferir maior visibilidade à página web do IPLeiria no espaço reservado à prevenção de riscos de gestão e de corrupção e infrações conexas, designadamente quanto à declaração de compromisso relativa a incompatibilidades, impedimentos e escusa.	×		
3) Divulgação Envio do PGR por correio eletrónico; conclusão do concurso para criação de spot, alargando-o às escolas secundárias.		×	
4) Formação Promoção de formação específica conexas com a prevenção de riscos e contabilidade pública.	×		
5) Auditoria informática Realização de auditoria externa ao sistema informático DIGITALIS, para verificação da fiabilidade, designadamente face a ataques à sua segurança.		×	
6) Auditoria financeira Verificação anual pelo GACI, com reporte ao CG, às recomendações da auditoria externa no âmbito do RJES. Revisão de procedimentos tendo em conta os relatórios de auditoria que são divulgados, com vista à melhoria de processos.	×		
7) Monitorização Monitorização do PGR através de suporte informático <i>online</i> .	×		

Medidas Específicas

Nível de risco ELEVADO (95)	Execução		
	E	PE	NE
Despesa (61)	41	16	4
Pessoal (10)	8	1	1
Receita (9)	8	1	0
Estudantes (1)	1	0	0
Património (14)	13	1	0

Nível de risco MODERADO (150)	Execução		
	E	PE	NE
Despesa (31)	27	4	0
Pessoal (32)	26	6	0
Receita (44)	37	6	1
Estudantes (36)	30	4	2
Património (7)	4	3	0

Nível de risco REDUZIDO (40)	Execução		
	E	PE	NE
Despesa (3)	3	0	0
Receita (1)	1	0	0
Estudantes (36)	30	5	1

Nota: Todas as medidas de verificação realizadas pelos serviços indicados no presente relatório são suportadas por prova documental, indicando o número da medida objeto de procedimento e o responsável pelo mesmo.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

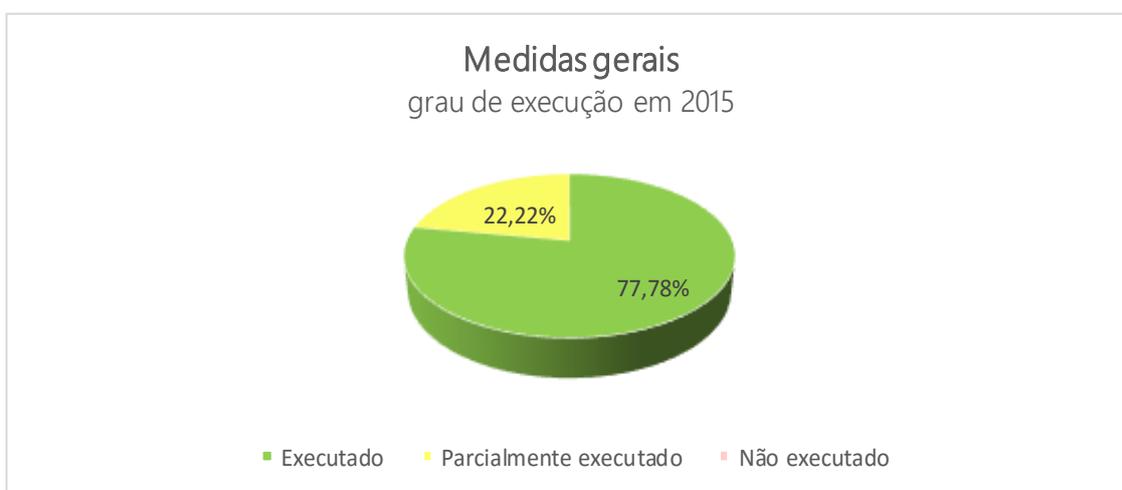
De acordo com as informações validadas, a Comissão de Monitorização está convicta de que a comunidade do IPlEiria e SAS adotou o PGR como prática de gestão responsável. Com efeito, entre 2014 e 2015, a taxa de medidas executadas mantém-se constante (de 80,6% passou para 80,4%) e a taxa de medidas parcialmente executadas aumentou de 12,0% para 16,5%; a taxa de medidas não executadas diminuiu de 7,4% para 3,1%.

A persistência de impedimentos pontuais no aumento das taxas de cumprimento de alguns procedimentos previstos deve-se, essencialmente, às dificuldades na alocação de recursos humanos e financeiros.

3.1. Medidas gerais

A execução das medidas gerais apresenta a seguinte distribuição final:

- 77,78% - Executado.
- 22,22% - Parcialmente executado.
- 0% - Não executado.



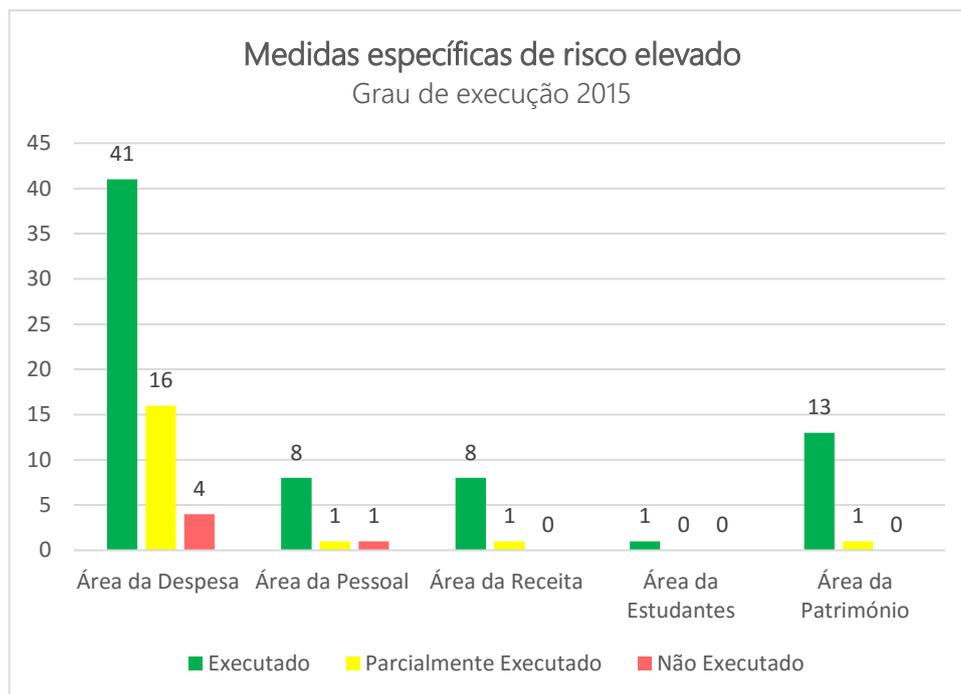
As medidas gerais que se encontram parcialmente executadas são:

- “Medida 3 – divulgação”; o lançamento de um concurso para criação de *spot* está em desenvolvimento, tendo sido revista a proposta inicial no sentido de permitir a candidatura aos estudantes do ensino secundário, esperando-se a sua conclusão no decurso de 2016 pois, à data do presente relatório, o Conselho de Gestão já aprovou o regulamento do concurso.
- “Medida 5 – auditoria informática”; a realização de uma auditoria independente ao sistema informático da DIGITALIS para verificação da fiabilidade, designadamente face a eventuais ataques à sua segurança, encontra-se em fase de implementação. Após a adjudicação do serviço foi efetuado levantamento geral do funcionamento da área académica: quais as tecnologias, as aplicações e os principais processos desenvolvidos pelos Serviços Académicos. Atualmente, a DSI e a entidade a quem foi adjudicado o

serviço, desenvolvem um plano detalhado das avaliações e testes a efetuar e das tecnologias, aplicações e processos a validar. Após a conclusão do plano, será possível indicar uma data fiável para a apresentação de resultados.

3.2. Medidas específicas – risco elevado

Em 2015, a execução das medidas específicas com nível de risco elevado apresenta os seguintes resultados:



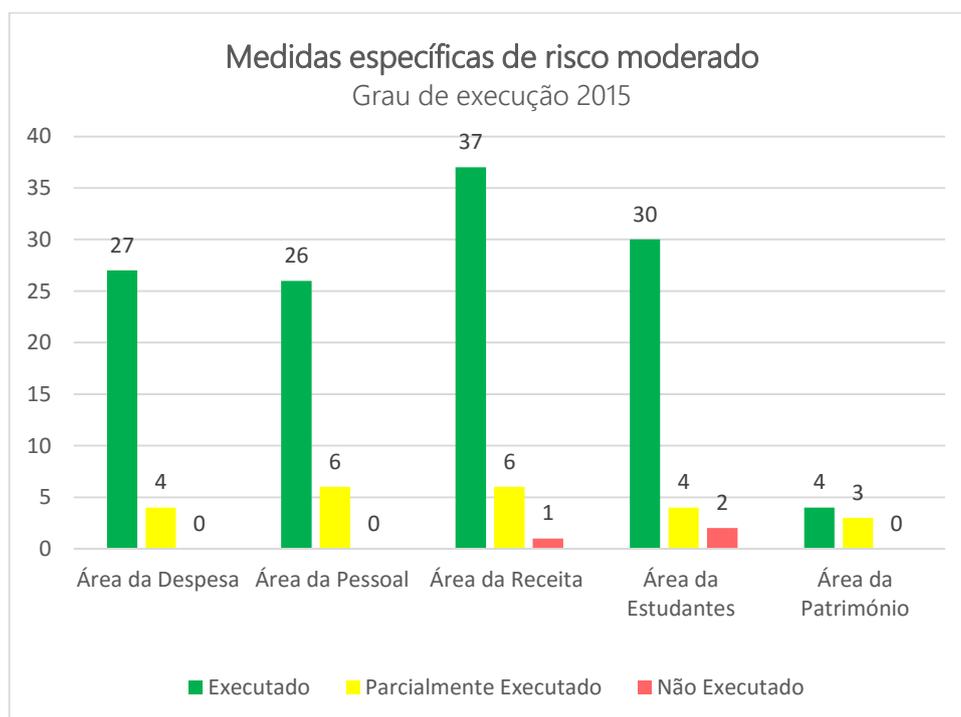
Existem 4 medidas não executadas, designadamente:

- Processos de aquisição de bens e serviços: maior exigência na planificação das atividades com adequada antecedência (m 3.2). O setor de aprovisionamento trata diariamente de processos urgentes, em consequência da falta de planeamento em vários serviços.
- A formação na área do planeamento (m 3.3). Verifica-se que 2 UO / Serviços não atribuíram prioridade a outras áreas de formação como, por exemplo, assiduidade, propriedade industrial e inglês.

- Avaliação do desempenho do fornecedor e da qualidade e satisfação do fornecimento, de forma aleatória nos processos de aquisição (m 3.6). Esta medida foi executada em 7 UO / Serviços e não executada por 1 Serviço em virtude da falta de recursos.
- Prevenção do risco de não cumprimento da obrigação de, todos os meses, os trabalhadores que possuam outra(s) atividade(s) prestada(s) nas entidades previstas no n.º 9, do artigo 19.º da Lei n.º 55 – A/2010, de 31 de Dezembro, em acumulação de funções, informarem a DSRH sobre os valores auferidos no mês anterior no âmbito dessa(s) atividade(s), através do envio mensal de alertas e comunicação às entidades de controlo (m 12.2). A DSRH não comunica às entidades de controlo por dificuldades na alocação de recursos humanos.

3.3. Medidas específicas – risco moderado

Em 2015, a execução das medidas específicas com nível de risco moderado apresenta os seguintes resultados:



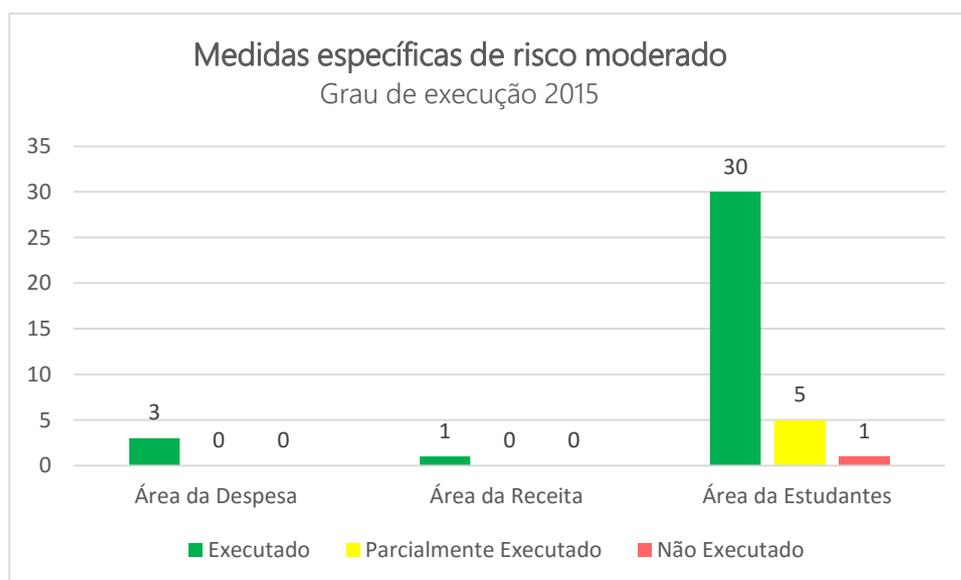
As 3 medidas por executar referem-se a:

- Análise aleatória a 5 processos de candidatos a programas de mobilidade (m 20.1). Não executada devido ao número reduzido de processos e à objetividade, publicidade e transparência do processo de candidaturas e seriação.

- Conferência diária dos valores recebidos, com folhas de caixa discriminativas, pelo responsável dos serviços ou funcionário designado para tal (m 22.4), por dificuldades na alocação de recursos humanos.
- Sensibilização dos membros das comissões científico-pedagógicas de curso para a aplicação de critérios definidos de forma clara, com menor possibilidade de discricionariedade (m 32.1). Esta medida não foi executada por 1 UO que propôs, para 2016, a realização de uma ação de formação em planeamento, destinada aos membros das comissões científico-pedagógicas de curso.

3.4. Medidas específicas – risco reduzido

Em 2015, a execução das medidas específicas com nível de risco reduzido apresenta os seguintes resultados:



Há 1 medida por executar, a qual refere-se:

- Funcionamento de pós-graduações conferentes, ou não, de grau académico: especificação e divulgação da pontuação dos candidatos em cada item (m 36.1). No ano letivo 2015/2016 não se verificou número de candidatos admitidos superior ao número de vagas para os cursos de pós-graduação (mestrado e não conferente de grau) pelo que não se procedeu à ordenação dos candidatos.

4. RECOMENDAÇÕES

Entre 2014 e 2015, a taxa de medidas executadas diminuiu de 80,6% para 78,6%; a taxa de medidas parcialmente executadas aumentou de 12,0% para 15,8%; a taxa de medidas não executadas passou de 7,4% para 5,6%.

Como se pode constatar, a totalidade das medidas gerais encontra-se “executada” ou “parcialmente executada”; verifica-se, entre 2014 e 2015, um aumento de 4,3% nas medidas específicas executadas ou em parcialmente executadas, devendo ser assegurada a sua continuidade.

As medidas “não executadas” reduziram 4,3% entre 2014 e 2015, foram objeto de análise e, com base nas justificações recebidas, procurar-se-á reforçar o incentivo à sua realização em 2016 ou, em alternativa, avaliar a pertinência da sua inclusão no PGR 2016-2017.

Neste processo de monitorização, propõe-se ao Conselho de Gestão do IPLeia a intensificação de esforços na execução de algumas medidas e a aprovação de alguns ajustamentos, designadamente:

- Reforço da divulgação do PGR para aumento da sua visibilidade e conhecimento, o que se espera beneficiar com o lançamento do concurso para criação de *spot*.
- Concretização, em 2016, da medida geral relativa à segurança do sistema informático.
- Garantir que todas as respostas “executado” e “parcialmente executado” apresentem evidência / justificação e que todas as respostas “não executado” incluam justificação.
- Garantir que toda a medida considerada justificadamente “não aplicável” seja objeto de posterior análise relativamente à pertinência da continuidade da UO / Serviço como “Responsável” ou da continuidade da medida no PGR 2016-2017.

À data da elaboração do presente relatório, a Comissão de Monitorização já verificou a adequação das regras sobre os procedimentos adotados no biénio 2014-2015 e, nos casos em que se mostrou necessário, procedeu à sua atualização e avaliou a necessidade de introdução de novas medidas no Plano de Gestão de Riscos para o biénio 2016-2017.

LISTA DE SIGLAS

CG	Conselho de Gestão
DSI	Direção de Serviços de Informática.
DSRH	Direção de Serviços de Recursos Humanos.
GACI	Gabinete de Auditoria e Controlo Interno.
IPLeiria	Instituto Politécnico de Leiria.
SAS	Serviços de Ação Social.
UO	Unidade(s) Orgânica(s).

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO.....	2
3. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	3
3.1. MEDIDAS GERAIS	4
3.2. MEDIDAS ESPECÍFICAS – RISCO ELEVADO	5
3.3. MEDIDAS ESPECÍFICAS – RISCO MODERADO.....	6
3.4. MEDIDAS ESPECÍFICAS – RISCO REDUZIDO	7
4. RECOMENDAÇÕES.....	8
LISTA DE SIGLAS	9
ÍNDICE	10
FICHA TÉCNICA.....	10

FICHA TÉCNICA

Título

Relatório anual | 2015 (*Monitorização do Plano de Gestão de Riscos do IPEiria e Serviços de Ação Social, 2014/2015*)

Comissão de Monitorização

Luís Lima Santos, Professor Coordenador, ESTM - IPEiria

Eugénia Maria Lucas Ribeiro, Administradora do IPEiria

Paula Marisa Lopes Gomes, Secretário da ESCES - IPEiria

Filipe Miguel Diogo Neto, Técnico Superior, SAS - IPEiria

Elisabete Carreira Gonçalves, Técnico Superior, IPEiria

António José Simões, Técnico Superior, IPEiria

Capa e Grafismo

Joana Pimparel Mineiro, UED - IPEiria